

## O chão que nos reexiste: criação do almanaque trans como prática pedagógica de resistência e cuidado na educação básica

Ella Werther Germano Martins da Cruz<sup>1</sup>  
Paulo Henrique de Queiroz Nogueira<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo é um resultado da apresentação do relato de pesquisa, da pesquisa de mestrado em desenvolvimento, no congresso CINABETH2025, quanto ao processo de pesquisa “Pesquisando com medo, educando com bonecas: um relato travesti de reexistência”, uma pesquisa de mestrado profissional em andamento, voltado à autoatualização docente e à promoção de práticas transinclusivas na educação básica. A proposta articula teorias críticas e pós-críticas da educação, pedagogias feministas, pós-coloniais e transviades, fundamentadas em autoras como bell hooks, Paulo Freire, Judith Butler, Letícia Nascimento e Megg Rayara, além de narrativas biográficas e autobiográficas de pessoas trans, travestis e não-binárias (TTNB+), compreendidas como epistemologias encarnadas. Amparado na metáfora de Lya Luft, “a infância é um chão que a gente pisa a vida inteira”, o artigo analisa como vivências de exclusão escolar moldam esse “chão”, mostrando que a escola não é apenas cenário, mas agente histórico que produz e reinscreve desigualdades. A metodologia da pesquisa, por meio da análise do discurso, responde ao avanço de discursos antigênero, à recusa institucional de pesquisas conduzidas por uma travesti e aos riscos de extrativismo epistemológico sobre corpos dissidentes. A pesquisa emerge como gesto de resistência e cuidado, reunindo textos teóricos acessíveis, glossários, checklists, dinâmicas pedagógicas e contranarrativas destinadas à formação de toda a comunidade escolar. Conclui-se que epistemologias travestis, ao orientarem práticas de formação docente, operam como instrumentos de reexistência política e pedagógica, contribuindo para reconstruir o “chão da infância” em bases mais emancipadoras.

**Palavras-chave:** educação transinclusiva; epistemologias travestis; autoatualização docente.

<sup>1</sup> Mestranda. Programa de Pós-Graduação em Educação e Docência – PROMESTRE/FaE/UFMG. wgermanocruz@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-9884-1091>

<sup>2</sup> Doutor. Professor da Faculdade de Educação UFMG, atuando como docente no Programa de Pós-Graduação em Educação e Docência – PROMESTRE/FaE/UFMG. pauloqn@yahoo.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8073-1214>

Retomar a afirmação de Lya Luft (2019), para quem “a infância é um chão que a gente pisa a vida inteira” (LUFT, 2019, p. 17), permite compreender que a constituição subjetiva é atravessada por experiências que se acumulam e reverberam ao longo da vida adulta. No campo educacional, tal reflexão evidencia como esse “chão” é simultaneamente afetivo e institucional, sendo produzido pela escola enquanto dispositivo que regula corpos, comportamentos e possibilidades de existência. Para pessoas trans, travestis e não-binárias (TTNB+), esse solo tende a se constituir de fissuras produzidas por práticas que historicamente reproduzem a cisheteronormatividade.

A literatura demonstra que violências vivenciadas na infância, como a recusa do nome social, a correção da expressão de gênero ou a patologização de identidades dissidentes, não se encerram nesse período, mas se tornam camadas sedimentadas na trajetória educacional e social (BOURDIEU, 1998; JESUS, 2012; NASCIMENTO, 2021). Como analiso em minha dissertação, tais práticas excludentes — ao operarem nas franjas e interseções entre escola, família e políticas públicas —, configuram um regime de subalternização que cerceiam corpos dissidentes das normas de gênero impondo a eles a morte social e, em última instância, o extermínio por transfobia.

Paulo Freire (1996) sustenta que a educação é um ato profundamente político e que “não é possível ser neutro” (FREIRE, 1996, p. 116). Em *Pedagogia da Autonomia*, o autor enfatiza que assumir essa não neutralidade implica posicionar-se contra todas as formas de desumanização. A cisheteronormatividade, enquanto regime que naturaliza e legitima apenas identidades cisgênero, produz efeitos diretos sobre a permanência e o reconhecimento de estudantes TTNB<sup>3</sup>, logo, quando a escola se omite, torna-se cúmplice das violências simbólicas e materiais que atravessam esses sujeitos.

No cenário brasileiro contemporâneo, tais violências não apenas se articulam, mas se inscrevem estruturalmente nas dinâmicas necropolíticas descritas por Mbembe (2016), nas quais a soberania estatal se exerce, fundamentalmente, pela capacidade de definir quem deve viver e quem pode morrer, ou, ainda, quem será condenado a formas de vida precárias, marcadas pela exposição contínua à violência, à vulnerabilidade e à morte lenta.

---

<sup>3</sup> Travestis, Transgêneros e Não-Binárias

Nessa chave analítica, a necropolítica não se reduz ao extermínio físico, mas abrange a produção de zonas de abandono social e institucional, nas quais determinados corpos são sistematicamente desprotegidos, deslegitimados e tornados descartáveis.

No caso das populações trans, travestis e não-binárias, essa lógica se materializa por meio de um conjunto articulado de práticas estatais e paraestatais — jurídicas, educacionais, sanitárias e discursivas — que operam na produção de uma morte social, simbólica e pedagógica, anterior e, muitas vezes, preparatória da morte física. Como evidenciam Vaccari, De Gregori e Nepomuceno (2022), ao analisarem as encruzilhadas entre necropolítica e transfobia, “o Estado brasileiro produz, regula e administra a morte das populações trans” (p. 87), indicando que a violência não é episódica, mas estruturalmente administrada.

Sob essa perspectiva, o espaço escolar, frequentemente concebido como *locus* de proteção e formação cidadã, pode ser compreendido como uma tecnologia necropolítica difusa, na medida em que, ao reiterar normas cisheteronormativas, silenciar identidades dissidentes ou negligenciar violências, contribui para a produção daquilo que se pode denominar “defasagem necropolítica”: um processo pelo qual essas pessoas estudantes são empurradas para trajetórias de exclusão, evasão e descontinuidade escolar. Trata-se, portanto, de uma forma de gestão diferencial da vida, em que o acesso ao conhecimento, ao reconhecimento e à permanência escolar é distribuído de maneira desigual. Essa compreensão orienta, assim, a análise crítica do ambiente escolar não apenas como reprodutor, mas também como potencial espaço de ruptura dessas lógicas, a depender das práticas pedagógicas, das políticas institucionais e dos regimes de reconhecimento que nele se instauram.

É nesse contexto que se inscreve o Almanaque Trans, recurso educacional técnico-tecnológico vinculado ao mestrado profissional (PROMESTRE/FaE/UFGM), uma exigência que acompanha a elaboração da dissertação, e concebido como material de autoatualização docente. Inspirado nas pedagogias críticas, feministas e transviades, o Almanaque articula três dimensões centrais: (i) a formação docente contínua; (ii) a produção de narrativas TTNB+ como epistemologias encarnadas; e (iii) a criação de práticas pedagógicas transinclusivas voltadas à permanência escolar.

Nessa direção, o Almanaque Trans ancora-se em uma compreensão de docência como prática ética, política e afetiva, comprometida com a transformação das estruturas que historicamente produziram exclusão no espaço escolar. bell hooks (1994), ao afirmar que ensinar é “um ato de esperança”, sustenta que a prática pedagógica comprometida com justiça social exige deslocamento crítico, engajamento ético e abertura ao afeto como dimensão constitutiva do processo educativo. Em diálogo com essa perspectiva, Judith Butler (2004) evidencia que o reconhecimento opera como condição fundamental de existência, uma vez que vidas só se tornam vivíveis quando são tornadas inteligíveis no interior das normas sociais que regulam o pertencimento e a legitimidade. Já Luma Nogueira de Andrade (2015) aponta que as experiências travestis constituem importantes chaves analíticas para compreender os mecanismos pelos quais a escola disciplina, regula e exclui corpos dissidentes.

É a partir desses horizontes que o Almanaque e a Pesquisa se constituem como dispositivo formativo: não apenas como recurso pedagógico, mas como instrumento de deslocamento epistemológico, capaz de tensionar normatividades e reconfigurar práticas educativas em direção ao reconhecimento e à permanência de vidas TTNB+ no espaço escolar. Argumenta-se que reconstruir o “chão da infância”, metáfora retomada de Luft, implica construir uma pedagogia transinclusiva que desestabilize a cisheteronormatividade e produza práticas emancipatórias capazes de sustentar vidas TTNB+ no ambiente escolar. Assim, sustenta-se que a educação transinclusiva não constitui apenas um conjunto de ações pontuais, mas um projeto ético-pedagógico comprometido com a dignidade humana, o reconhecimento e a justiça social.

### **Educação e materialismo**

Luft (2019) nos indica que as primeiras experiências escolares e sociais não se limitam a uma fase biográfica, mas constituem a base material e simbólica sobre a qual os sujeitos caminham ao longo da vida. No processo investigativo que fundamenta este artigo, essa metáfora mostrou-se central para compreender como infâncias trans, travestis e não-binárias (TTNB+) são atravessadas por dispositivos institucionais que produzem fraturas profundas nesse chão, transformando-o, muitas vezes, em terreno instável. No

*corpus* analisado — composto por artigos científicos da área da educação e dos Estudos de Gênero e Sexualidade; produções teóricas de autoras e autores de referência; além de narrativas autobiográficas de pessoas trans, travestis e não-binárias que tematizam suas experiências escolares — emergem, de forma recorrente, descrições da escola como espaço de regulação intensa das expressões de gênero. Esses textos evidenciam práticas como a imposição de normas sobre vestimenta e linguagem, o controle do acesso a espaços institucionais (como banheiros) e a deslegitimação de identidades dissidentes, indicando que o ambiente escolar opera, frequentemente, como um dispositivo de policiamento, correção e vigilância do gênero.

Essa leitura dialoga com os alertas de Guacira Lopes Louro (2003), para quem a escola atua como “uma fábrica de corpos inteligíveis” (p. 23), ao mesmo tempo em que se articula à análise de Jaqueline Gomes de Jesus (2012), que demonstra como instituições educacionais participam ativamente da produção de vulnerabilidade de estudantes TTNB+. Dessa forma, torna-se evidente que as infâncias TTNB+ não se configuram apenas como etapa da vida, mas como campo de disputa epistemológica, política e existencial, no qual se definem as condições de reconhecimento ou apagamento dessas subjetividades. Ademais, a recorrência, nos diferentes textos analisados, de categorias como solidão, risco, não pertencimento e expulsão simbólica reforça a constatação de que, para muitas dessas narrativas, a escola deixa de operar como espaço de projeção de futuro e passa a se constituir como experiência cotidiana de ameaça e exclusão. Tal diagnóstico converge com dados sistematizados pela ANTRA, que evidenciam índices elevados de evasão escolar e violência contra estudantes TTNB+, corroborando a leitura de que essas experiências não são episódicas, mas estruturalmente produzidas.

No marco da pedagogia crítica, Freire (1996) recorda que se a escola não se posicionar diante da violência, torna-se parte dela. Logo, evidencia como a neutralidade institucional, que frequentemente apresentada como prudência ou imparcialidade, opera, na prática, como forma de convivência com a cisheteronormatividade hegemônica. Como afirma Freire, educar exige “questionar as adjetivações pensadas como absolutas aos sujeitos” (FREIRE, 2022, p. 30), inclusive aquelas que naturalizam modelos binários de gênero como verdades universais. A ausência de formação continuada docente, somada

ao clima político de perseguição às discussões de gênero, faz com que o silêncio se converta em violência, aprofundando a exclusão de pessoas estudantes TTNB+.

Nessa direção, Michel Foucault (1977; 1988), por meio da noção de contraconduta, permite compreender práticas pedagógicas afirmativas não apenas como resistência ao poder, mas como modos situados de desvio e rearticulação das formas de governamento dos corpos e das condutas, produzindo fissuras nas normatividades escolares. Em diálogo com bell hooks (2017), gestos como o respeito ao nome de existência, a escuta qualificada e a legitimação de narrativas corporificadas podem ser lidos como contracondutas pedagógicas, pois interrompem o regime disciplinar que corrige e normaliza, instaurando outras formas de reconhecimento e pertencimento. Sua ausência, contudo, evidencia o avesso desse movimento: a escola deixa de operar como espaço de formação para consolidar-se como tecnologia de gestão da exclusão. É nesse ponto que Judith Butler (2022) aprofunda a análise ao demonstrar que vidas só se tornam vivíveis quando se tornam reconhecíveis; no caso de estudantes TTNB+, práticas como a negação do uso de banheiros, a imposição de uniformes binários, a correção compulsória de pronomes e a patologização da expressão de gênero funcionam como tecnologias regulatórias que delimitam quais vidas são dignas de cuidado e quais permanecem expostas à precarização.

Em paralelo, a crítica marxista permite compreender que essas exclusões não operam apenas no plano simbólico, mas também na esfera material. Marx (2013) recorda que a vida social se desenrola “sob condições que não escolhemos” (MARX, 2013, p. 47) e que as estruturas econômicas definem os contornos do possível. Quando aplicada ao campo da educação, essa leitura evidencia como a escola participa da reprodução de desigualdades de gênero, raça e classe, naturalizando hierarquias que moldam quem é considerado educável. A noção de fetichismo, segundo a qual relações sociais aparecem como relações naturais entre coisas (MARX, 2013), pode ser transposta ao discurso da “ideologia de gênero”, que opera como fantasma moral para esconder relações de poder que regulam identidades dissidentes.

Foucault (1977; 1988) complementa essa análise ao evidenciar que o poder moderno opera pela gestão da vida, normatizando e classificando corpos por meio de

dispositivos disciplinares que, no contexto escolar, se materializam no controle de espaços, linguagens e expressões de gênero. Em diálogo com essa leitura, Butler (2023) permite compreender que tais regulações não incidem sobre identidades prévias, mas participam da própria produção do gênero como efeito reiterado de normas sociais. Assim, o policiamento da performatividade — expresso na vigilância da aparência, na imposição de usos linguísticos normativos e na restrição de espaços, como banheiros — atua como mecanismo de reinscrição compulsória na matriz cisheteronormativa, definindo quais corpos podem aparecer e existir de forma legítima. Quando articulada à necropolítica de Mbembe (2016), essa dinâmica revela que a regulação da performatividade não apenas administra a vida, mas distribui diferencialmente a precariedade, expondo assujeitamentos TTNB+ a formas sistemáticas de exclusão e violência institucional.

Por sua vez, Patricia Hill Collins (2022) amplia esse diagnóstico ao evidenciar que a regulação da performatividade de gênero não opera de forma isolada, mas é atravessada por marcadores interseccionais como raça, classe e sexualidade, produzindo vulnerabilidades desigualmente distribuídas. Nesse horizonte, autorias, como Letícia Nascimento (2021), Berenice Bento (2006), Paul B. Preciado (2022) e Jaqueline Gomes de Jesus (2012), aprofundam a compreensão de que a escola opera simultaneamente como aparelho de normatização e espaço de disputa política. Ao evidenciar que a produção de subjetividades trans atravessa conflitos de linguagem, reconhecimento e pertencimento, esses aportes reforçam que a exclusão de pessoas TTNB+ não se configura como evento isolado, mas como dispositivo estruturado de regulação e hierarquização da vida, incidindo justamente sobre o espaço em que a infância deveria ser protegida e afirmada.

A pedagogia heterossexual obrigatória é um dispositivo central da ficção democrática do corpo moderno. Ela transforma os corpos em objetos de um saber biopolítico e epistemológico que os classifica, os regula e os distribui em sistemas sexuais e afetivos reconhecíveis pelo Estado e pelo mercado (PRECIADO, 2022, p. 43).

Assim, ao articular Luft, Freire, hooks, Butler, Marx, Foucault, Crenshaw, Mbembe, Preciado e Louro, a pesquisa analisa que o chão da infância TTNB+ é constituído por múltiplas camadas de violência simbólica e material. Compreender essa

tessitura é condição indispensável para imaginar práticas pedagógicas capazes de reconstruir esse chão, restituindo à escola sua função ético-política de cuidado, reconhecimento e emancipação.

### **Epistemologia Travesti**

Vende mais falso do que o original / É muito luxo e putaria / Silicone e correria / Respeita a mãe, pois eu só não te dei um irmão / Porque travesti não engravida (ainda) (BOOMBEAT, 2024).<sup>4</sup>

A escuta das subjetividades TTNB+ exige reconhecer, como afirma Freire (2023, p. 20), que é necessário “voltar às pessoas em busca das próprias pessoas”, o que implica dar centralidade às suas existências concretas, suas histórias de vida, memórias e produções literárias e autobiográficas. Essa escuta, no entanto, não é passiva: ela convoca uma práxis. Freire (2023) lembra que a reflexão só se realiza totalmente quando articulada à ação transformadora, fundamento que sustenta o Almanaque Trans como recurso de autoatualização docente. Seu propósito não é oferecer respostas prontas, mas favorecer processos contínuos, situados e abertos à adaptação, pois “para refletir sobre a educação, é necessário refletir sobre a pessoa” (FREIRE, 2023, p. 35).

Nesse horizonte, o educador comprometido com uma pedagogia emancipatória reconhece que o conhecimento, assim como os sujeitos, são históricos. Como afirma Freire (2022):

O professor que pensa certo deixa transparecer aos educandos que uma das bonitezas de nossa maneira de estar no mundo [...] é a capacidade de, intervindo no mundo, conhecê-lo. Mas histórico como nós, o nosso conhecimento do mundo tem historicidade. (FREIRE, 2022, P.30)

Abrir a escola à pluralidade de epistemes, e isso inclui as epistemologias travestis, significa deslocar o mito da neutralidade e legitimar saberes produzidos por corpos que escapam à normatividade. Nesse sentido, a formação docente precisa incorporar o que

---

<sup>4</sup> O verso, ao tensionar normas de gênero e marcadores corporais, evidencia a potência epistemológica das experiências travestis e ilumina o princípio orientador desta proposta: pensar travestilidades, transgeneridades e não-binariedades a partir de suas próprias narrativas. Trata-se de um gesto ético-político que rompe com a lógica extrativista de pesquisas que transformam corpos dissidentes em objetos de análise, desconsiderando-os como sujeitos produtores de conhecimento.

Freire e Shor (2021, p. 171–173) chamam de cognoscibilidade: só há aprendizagem significativa quando há diálogo verdadeiro e escuta ativa. Assim, a epistemologia da escuta rompe com o modelo vertical, entendendo que pessoas educadoras e educandas partilham inquietações, dúvidas e afetos em um processo relacional e político.

Ao compreender o gênero como produção discursiva e efeito de normas reguladoras, Butler (2024) tensiona os modelos naturalizados de masculinidade e feminilidade, evidenciando que identidades dissidentes não ameaçam uma ordem “natural”, mas desestabilizam ficções normativas historicamente consolidadas. Nessa direção, Louro (2024), ao retomar a provocação da revista *La Gandhi Argentina*, aponta que as chamadas “minorias” são, na verdade, maiorias silenciadas que, ao se politizarem, transformam o estigma em afirmação e o gueto em território. É precisamente essa politização que intensifica reações conservadoras e tentativas de censura às discussões de gênero na escola, evidenciando que o campo educacional permanece como espaço central de disputa sobre quais vidas podem ser reconhecidas e legitimadas.

Escola, currículos, educadoras e educadores não conseguem se situar fora dessa história. [...] Agora, as certezas escapam, os modelos mostram-se inúteis, as fórmulas são inoperantes. (LOURO, 2024, p.27)

O declínio das antigas certezas sobre gênero e sexualidade expõe o esgotamento do paradigma binário que orienta à educação há décadas. A presença de pessoas estudantes TTNB+ desafia o cânone, desestabiliza o que persiste ser percebido como universal e revela as fragilidades dos modelos pedagógicos centrados na repetição e na homogeneização. Diante disso, emerge um desafio ético-político: compreender as condições históricas e discursivas que permitem a emergência dessas subjetividades e, simultaneamente, sustentam sua negação.

Nesse contexto, o *Almanaque Trans* propõe-se a atuar como ferramenta autoformativa que convoca educadores à escuta qualificada e à ação pedagógica crítica. Ele não se apresenta como manual, mas como provocação: convida à reflexão coletiva, ao enfrentamento das normas excludentes e à construção de práticas emancipatórias. Para

isso, a desconstrução, tal como discutida por Derrida e apresentada por Louro, é fundamental.

Desconstruir não significa destruir [...] está mais perto do significado original da palavra análise, que significa desfazer. [...] Esse modo de análise pode ser útil para desestabilizar binarismos linguísticos e conceituais. (LOURO, 2024, p.39)

A “desconstrução”, portanto, torna-se um eixo metodológico que permite desmontar hierarquias normativas sem cair na superficialidade multicultural. Como insiste Louro (2024), enquanto o multiculturalismo celebra diferenças sem questionar os processos que as produzem, uma pedagogia queer desloca o foco para a análise dessas produções. Nesse deslocamento, o eu e o outro deixam de ser categorias separadas para se reconhecerem mutuamente como co-constitutivas.

Assim, a epistemologia travesti, que sustenta esta pesquisa em andamento, compreende que formar docentes é formar escutas; e formar escutas é formar mundos. Não se trata de “incluir” sujeitos TTNB+ em modelos já desgastados, mas de reconstruir as formas de ensinar, aprender e conviver, em direção a uma pedagogia do reconhecimento, da liberdade e da dignidade.

### **Almanaque de Travesti**

O Almanaque Trans constitui-se, a partir dessa pesquisa, como um recurso educacional destinado à formação continuada de educadores e demais agentes do corpo administrativo escolar, articulando fundamentos teóricos, atividades práticas e estratégias de acolhimento às vivências de estudantes trans, travestis e não-binários (TTNB+). Em formato acessível, e-book de distribuição gratuita, o material pretende fomentar práticas inclusivas, contribuindo para a permanência e o pertencimento de pessoas estudantes TTNB+ no ambiente escolar. Seu caráter formativo reside na integração entre conceitos, exercícios colaborativos e intervenções possíveis no cotidiano institucional, abordando temáticas como linguagem inclusiva, saúde mental, relações pedagógicas e arquitetura escolar.

Ao mesmo tempo, o Almanaque recusa deliberadamente ser apresentado como “experiência de sucesso”. Tal recusa se fundamenta na crítica à lógica educacional hegemônica que associa “sucesso” à replicabilidade, à eficiência técnica e à padronização de práticas. Como afirma Freire (1996), a educação não neutra não deve se reduzir a técnicas de transmissão de conteúdos; trata-se de um campo de disputas éticas, políticas e afetivas. Assim, o Almanaque não busca instituir modelos ou protocolos, mas provocar reflexões e deslocamentos, em diálogo com a realidade de cada coletivo escolar.

Em consonância com essa perspectiva, bell hooks (2017) compreende o ato de ensinar como gesto de resistência e criação, sustentado no compromisso com a liberdade. A aposta metodológica do Almanaque aproxima-se dessa concepção ao propor uma formação docente que se dá pela abertura ao sensível e pela produção de vínculos éticos, e não pela busca de solução linear ou definitiva. Nesse sentido, seu potencial não está em sua aplicabilidade uniforme, mas em sua função desencadeadora de processos.

A compreensão do Almanaque como dispositivo ético-estético aproxima-se do que propõe Suely Rolnik (2016), ao defender que práticas formativas devem ativar “forças vitais adormecidas” e potencializar modos de existência criadores. Essa perspectiva desloca, mais uma vez, o foco da mensurabilidade, central nas narrativas neoliberais de excelência educacional criticadas por Apple (2003), para a potência micropolítica das relações cotidianas. Em vez de oferecer um manual de procedimentos, o Almanaque opera como provocação, convocando educadores a inventarem suas próprias práticas e estratégias diante dos desafios da transinclusão escolar.

Esse posicionamento metodológico se expressa, também, na crítica às narrativas hegemônicas de inovação pedagógica, frequentemente pautadas em indicadores quantitativos e padrões externos de avaliação de desempenho. Como adverte Apple (2003), esse tipo de racionalidade tende a apagar especificidades locais e subjetividades, reafirmando desigualdades estruturais. Em contraste, o Almanaque parte do reconhecimento de que não há uma única escola, uma única travestilidade ou uma única forma de educar transinclusivamente.

A escolha por um formato inacabado e aberto também dialoga com Walter Benjamin (1994), para quem a narração viva não é aquela que encerra possibilidades, mas

aquela que abre caminhos. Benjamin (1994) afirma: “A verdadeira narração conserva suas sementes férteis, tal como o grão de trigo que durante milênios ficou conservado nas câmaras mortuárias das pirâmides.” (BENJAMIN, 1994, p. 205) Logo, nesse sentido, o recurso educacional atua como narração pedagógica aberta: não pretende esgotar significados nem oferecer respostas prontas, mas provocar novas leituras, interpretações, práticas e resistências.

Além disso, sua construção se articula a uma crítica às ofensivas conservadoras que tentam suprimir debates de gênero nas escolas. Como aponta Butler (2024), a retórica antigênero opera como mecanismo de controle social, produzindo pânicos morais e criminalizando existências dissidentes. No cenário brasileiro, tal dinâmica se expressa em iniciativas como o Projeto de Lei nº 7.180/2014, que busca censurar discussões sobre diversidade sexual e de gênero no currículo escolar (BRASIL, 2014). Frente a isso, o Almanaque se afirma como gesto político-pedagógico que reafirma direitos e amplia possibilidades de vida.

Por fim, sua fundamentação se inscreve em perspectivas críticas e pós-críticas da educação (FREIRE, 1996; HOOKS, 2017), na teoria queer e transfeminista (BUTLER, 2004; BENTO, 2006; NASCIMENTO, 2021), e em análises sobre subjetividade e criação (ROLNIK, 2016). Com isso, o Almanaque Trans se apresenta como construção coletiva e inacabada, que se oferece não como roteiro prescritivo, mas como bússola ética, orientada pelo compromisso com a dignidade, a escuta e a justiça educativa.

### **Em con(strução)clusão**

A análise desenvolvida evidencia que a escola participa ativamente da produção das condições de reconhecimento, ou de sua recusa, de estudantes trans, travestis e não-binários. Longe de neutra, a instituição escolar opera dentro de regimes normativos que regulam quais vidas se tornam inteligíveis e quais permanecem precarizadas (FREIRE, 1996; BUTLER, 2004; 2022; MBEMBE, 2016).

Nesse cenário, o enfrentamento da cisheteronormatividade não se resolve por protocolos pontuais, mas exige reposicionamento ético e político da formação docente.

Como lembram hooks (2017) e Rolnik (2016), práticas pedagógicas comprometidas com a liberdade implicam deslocamento, invenção e responsabilidade diante da vida.

O Almanaque Trans insere-se como dispositivo formativo que tensiona essa lógica da padronização e da mensurabilidade criticada por Apple (2003), aproximando-se da ideia benjaminiana de narração aberta, capaz de conservar “sementes férteis” para outras criações (BENJAMIN, 1994). Amparado em epistemologias travestis e transfeministas (BENTO, 2006; NASCIMENTO, 2021; PRECIADO, 2022; NOGUEIRA, 2015), o material desloca a experiência TTNB+ para o centro da produção de saber pedagógico.

Reconstruir o “chão da infância” (LUFT, 2019) implica, portanto, disputar as bases institucionais que definem pertencimento e futuro. Mais do que incluir formalmente, trata-se de sustentar condições de existência digna, movimento no qual a educação transinclusiva se afirma como projeto estrutural de justiça, reconhecimento e emancipadoras.

### Referências

APPLE, Michael W. **Educando o “cidadão econômico”**: mercados, padrões e desigualdades. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). Cidadania e educação. Porto Alegre: Artmed, 2003.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: gênero e sexualidade na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BOOMBEAT. **Uma Travesti**. São Paulo: Boombeat, 2024.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 7.180, de 2014**. Brasília - DF. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722>. Acesso em: 29 nov. 2025.

BUTLER, Judith. **Desfazendo gênero**. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 25. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 49ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 74 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia: O cotidiano do professor**. 15 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GREGORI, J. de; VACCARI, J. M.; NEPOMUCENO, M. A. (2022). **Transfobia e necropolítica: encruzilhadas do contexto brasileiro contemporâneo**. Revista Extraprensa, 15(Especial), 739-754.

HILL COLLINS, Patricia. **Política sexual negra: afro-americanos, gênero e o novo racismo**. Rio de Janeiro: Via Verita, 2022.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações para o atendimento a pessoas transgênero**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997, 6.ª edição de 2003.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2024.

LUFT, Lya. **A infância é um chão que a gente pisa a vida inteira**. Porto Alegre: Record, 2019.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro 1. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Tradução Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2016.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NOGUEIRA, Luma. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. 1 ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual: Práticas subversivas de identidade sexual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada**. São Paulo: N-1 Edições, 2016.

#### The Ground that Sustains Our Re-existence: The Trans Almanac as a Pedagogical Practice of Resistance, Survival, and Care in Basic Education

**Abstract:** This article is the result of presenting a research report from an ongoing master's research project at the XII Congresso Internacional da Associação Brasileira de Estudos da TransHomocultura (CINABETH2025), concerning the investigative process entitled *Researching in Fear, Educating with Dolls: A Travesti Account of Re-existence*. This ongoing professional master's research is focused on teacher self-updating and the promotion of trans-inclusive practices in basic education. The proposal articulates critical and post-critical educational theories, feminist, postcolonial, and transviada pedagogies, grounded in authors such as bell hooks, Paulo Freire, Judith Butler, Letícia Nascimento, and Megg Rayara Gomes de Oliveira, alongside biographical and autobiographical narratives of trans, travesti, and non-binary people (TTNB+), understood as embodied epistemologies. Supported by the metaphor proposed by Lya Luft—"childhood is a ground we walk on for the rest of our lives"—the article examines how experiences of school exclusion shape this "ground," demonstrating that the school is not merely a setting, but a historical agent that produces and reinscribes inequalities. The research methodology, grounded in discourse analysis, responds to the rise of anti-gender discourses, institutional refusals toward research conducted by a travesti researcher, and the risks of epistemological extractivism imposed upon dissident bodies. The research emerges as an act of resistance and care, bringing together accessible theoretical texts, glossaries, checklists, pedagogical dynamics, and counter-narratives aimed at the

education of the entire school community. It concludes that travesti epistemologies, when guiding teacher education practices, operate as instruments of political and pedagogical re-existence, contributing to the reconstruction of the “ground of childhood” on more emancipatory foundations.

Keywords: trans-inclusive education; travesti epistemologies; teacher self-actualization.

**Recebido: 15/12/2025**

**Aceito: 31/12/2025**

